

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 520 - Brasília, quarta-feira, 13 de agosto de 1997



Ronaldo: proposta para desafogar Justiça



Jefferson acatou emendas de senadores

Decisões do STF podem ter efeito vinculante

Plenário acolhe em segundo turno a proposta de emenda constitucional que visa desafogar os trabalhos da Justiça

O plenário do Senado aprovou ontem, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que amplia o efeito vinculante de decisões do Supremo Tribunal Federal para os demais órgãos do Judiciário e da administração direta e indireta.

De autoria de Ronaldo Cunha Lima e relatada por Jefferson Péres, que acatou algumas emendas dos senadores, a proposta será agora remetida à Câmara dos Deputados. **Página 5**

Gustavo Franco é aprovado para o BC

Suplicy, Arruda, Lauro Campos e Osmar Dias debatem a mensagem do presidente da República

Com 56 votos favoráveis, 10 contrários e uma abstenção, o plenário do Senado aprovou ontem o nome do economista Gustavo Franco para a presidência do Banco Central, em substituição a Gustavo Loyola. A mensagem do presidente da República indicando Gustavo Franco havia sido aprovada na semana passada pela Comissão de Assuntos Econômicos depois que os senadores o sabatinaram. A mensagem presidencial foi discutida em plenário pelos senadores Eduardo Suplicy, José Roberto Arruda, Osmar Dias e Lauro Campos. **Página 4**

Previdência recebe 4 emendas no 1º dia

A reforma da Previdência recebeu quatro emendas, ontem, no primeiro dia de sua discussão em plenário. Ela deverá ser discutida por mais quatro dias úteis e terá que retornar à CCJ para que o relator Beni Veras apresente parecer sobre as emendas. **Página 5**



O plenário, que começou a discutir a reforma da Previdência, aprovou a indicação de Gustavo Franco e o efeito vinculante

Na primeira parte da sessão de ontem, a senadora comemorou o Dia das Artes lembrando Vargas, Dery e o Teatro Experimental do Negro

Benedita louva as artes e sua histórica rebeldia

Ao falar durante a comemoração do Dia das Artes, na Hora do Expediente da sessão de ontem, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) lamentou que essa manifestação cultural não tenha lugar na política quando, em sua opinião, "a política é feita de grandes artes".

A senadora disse que se recusa a ver apenas o aspecto utilitarista da arte, apesar de essa "ter sido usada para fomentar revoluções ou para manter regimes despóticos, para alimentar as esperanças dos desesperançados ou para confirmar a autoridade de

opressores".

No Brasil, destacou Benedita da Silva, a tentativa de controlar a arte e os artistas teve uma de suas fases críticas na criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o famoso DIP, no primeiro governo de Getúlio Vargas, e quando da censura imposta pelo regime militar. No entanto, segundo a senadora, "tais amarras não foram capazes de evitar que os espíritos libertários dos artistas continuassem a atuar e a produzir".

Sobre a resistência à censura imposta, ela citou a atriz Dery Gonçalves "como um

exemplo vivo de força e expressão e de liberdade" e lembrou a encenação da peça *Palmares*, que destacou a figura do líder negro Zumbi, em 1944, no Teatro Experimental do Negro, cujo grupo se propunha a resgatar o papel do negro na História brasileira.

Falar do Teatro Experimental do Negro e não falar do senador Abdias Nascimento seria cometer uma grande injustiça. O senador foi quem levou essa cultura aos palcos para que pudéssemos sentir a força e o gênero que a arte negra trouxe ao teatro brasileiro - afirmou.



Benedita da Silva recebeu visita dos parlamentares africanos

Guiné-Bissau conhece Legislativo brasileiro

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) recebeu em seu gabinete uma delegação da Guiné-Bissau e destacou o processo histórico cultural Brasil/África, "formador do perfil do povo brasileiro", e as relações comerciais e diplomáticas bilaterais.

Benedita da Silva fez ainda um relato da conjuntura social e política brasileira e manifestou disposição para dar continuidade aos esforços empreendidos na Comissão de Relações Exteriores do Senado, no sentido de es-

treitar mais os laços entre o Brasil e a Guiné-Bissau.

A delegação de parlamentares, da qual fazia parte o segundo vice-presidente da Assembleia Parlamentar, Salvador Tchongou, veio ao Brasil, segundo a senadora, para conhecer a experiência do nosso Legislativo federal, uma vez que, segundo relato dos membros daquela delegação, eles lutam com o objetivo de institucionalizar o Poder Legislativo naquela república.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Concede entrevista ao jornalista Roberto D'Ávila
15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado
Pauta: Segundo dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 19/96"; da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96)"; da "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96)"; e discussão em turno único do "PLS nº 157/96-Complementar, que veda a contratação por entes públicos dos serviços que menciona

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Recurso nº 5/97, que solicita seja ouvida a CCJ no sentido de que seja preservada a decisão da CPI dos Precatórios do dia anterior, dia 22, segundo a qual o relatório final da CPI será o do relator, com os votos em separado sendo anexados sem modificação do texto, conforme recurso oral proferido na sessão do dia 24.07.97 (DSF, 25.07.97, págs. 15104/5), aprovado pelo plenário; "PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e "PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 136/95 (não terminativo), que dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas; "PLS nº 17/96 (não terminativo), que regulamenta os seguros-saúde; "PLS nº 66/96 (terminativo), que dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos; e "PLS nº 126/95 (terminativo), que dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação, pelo Congresso Nacional, das decisões do Conselho Curador do FGTS, da Caixa Econômica Federal. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Apos a Ordem do Dia - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Apreciação do PLS nº 319/95 (terminativo), que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quinta-feira (14.08.97)
14h30 - Sessão Deliberativa do Senado
Pauta: Terceiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 19/96"; da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96)"; e da "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96)"; Sexta-feira (15.08.97)
9h - Sessão Deliberativa do Senado
Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 19/96"; da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96)"; e da "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96)";

COMISSÕES

Quinta-feira (14.08.97)
10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação do "Ofício S" nº 53/97 (não terminativo), que encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao pagamento da 8ª parcela e correção monetária da 6ª e 7ª parcelas de precatórios judiciais; "PLS nº 212/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; "PLS nº 46/96-Complementar (não terminativo), que autoriza o Banco do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; "PLS nº 122/96 (terminativo), que dispõe sobre a compensação do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural pago em excesso com impostos federais; "PLS nº 313/95 (terminativo), que regulamenta o uso da língua vernácula, para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instruções, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, letreiros, painéis e toda e qualquer modalidade de informação destinada ao consumidor brasileiro; e "PLS nº 30/96 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade
Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy
Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15ª e 16ª andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211
Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br



Amorim: regras proibitivas

Amorim propõe norma contra abuso nas eleições

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) defendeu ontem projeto de sua iniciativa que amplia as medidas proibitivas no processo eleitoral do próximo ano. Apondo abusos de poder econômico e político ocorridos em campanhas eleitorais anteriores, ele pediu mais cautela nas eleições de 1998 e sustentou: "Temos a responsabilidade de fixar uma norma que impeça estes abusos".

Para Amorim, uma maneira de reduzir essas irregularidades é adotando normas proibitivas, como as relacionadas com gastos com publicidade e participação em inaugurações. Seu projeto proíbe a veiculação de imagens relativas a empreendimentos governamentais e restringe gastos com publicidade institucional, uso de aeronaves e veículos oficiais em campanha, além de outras medidas.

Ele se disse preocupado principalmente com as eleições para governadores e prefeitos, nas quais considera maiores as possibilidades de abuso e as dificuldades de fiscalização.

A pedido dos próprios líderes do governo, senadores e deputados derrubam vetos do presidente da República, que já havia admitido "equivoco" em sua decisão

Congresso aceita esterilização

Por 344 votos favoráveis na Câmara e 51 no Senado, o plenário do Congresso derrubou ontem à noite os vetos presidenciais apostos ao projeto de lei sobre planejamento familiar. Apenas 53 deputados e quatro senadores votaram pela manutenção dos vetos. Pela decisão, passa a ser permitida a esterilização voluntária em homens ou mulheres com capacidade civil plena e maiores de 25 anos ou com pelo menos dois filhos vivos. A esterilização voluntária também será admitida nos casos de risco à vida ou à saúde da mulher ou do futuro conceito.

Os líderes do governo no Congresso e na Câmara, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), encaminharam favoravelmente à derrubada dos vetos, lembrando que estes foram "um equívoco", admitido pelo próprio presidente.

Pela nova redação da lei, a esterilização, como método



Presidido por Antonio Carlos, o Congresso restabeleceu parte vetada na lei do planejamento familiar

contraceptivo, será executada somente através de laqueadura tubária, vasectomia ou outro método cientificamente aceito. Seja qual for o caso, a esterilização só será realizada mediante manifestação nesse sentido em documento escrito, e deverá ser notificada à direção do Sistema Único de Saúde, responsável pelas normas de funcionamento e mecanismos de fiscalização na área de planejamento familiar.

Plenário aprova três MPs

O Congresso também aprovou três medidas provisórias. Uma delas autoriza o Executivo a transferir para a União, mediante ressarcimento, a propriedade das ações Classe "A" do Instituto de Resseguros do Brasil, pertencentes ao INSS e representando 50% do capital social do IRB.

Outra MP aprovada ontem reduz a zero o Imposto de Renda na fonte incidente sobre rendimentos auferidos por parte de residentes ou domiciliados no exterior. Entre as hipóteses de rendimentos previstas na MP como isentos de IR na fonte estão comissões

pagas por exportadores a seus agentes no exterior; juros de desconto de cambiais de exportação e as comissões de banqueiros inerentes a essas cambiais; e juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento de exportações.

O Congresso acolheu, ainda, MP estabelecendo que o contrato de empréstimo entre o BNDES e a Companhia Docas do Rio, no valor de R\$ 150 milhões, não precisa cumprir exigências previstas em operações financeiras com órgãos ou entidades da administração federal.

CAS examina participação de trabalhador na empresa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), reúne-se hoje, às 10h, para apreciar, entre outras matérias, o projeto do senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) que dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas e o do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta os seguros-saúde.

Em caráter terminativo, a CAS deliberará sobre o projeto de autoria do senador Onofre Quinan (PMDB-GO) que dispõe sobre a uti-

lização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos, e o do senador João Rocha (PFL-TO) que estabelece a obrigatoriedade de aprovação, pelo Congresso, das decisões do Conselho Curador do FGTS.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), reúne-se à tarde, após a Ordem do Dia, para apreciar, em caráter terminativo, o projeto que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

CCJ deve receber hoje parecer sobre a CPI

Presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve receber hoje, do senador Josaphat Marinho (PFL-BA), o parecer sobre o recurso do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) contra a decisão da CPI dos Precatórios que alterou o relatório do senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Constam da pauta da mesma reunião, entre outras matérias, a proposta de emenda à Constituição do então senador Maurício

Corrêa que cria o Conselho Nacional de Justiça; a do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; a do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que torna o voto facultativo; a do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e a do então senador Luiz Alberto que cria Tribunais Regionais Federais.

Senado está presente à Bienal do Livro no Rio

Os visitantes da VII Bienal do Livro do Rio de Janeiro, que será inaugurada hoje, terão oportunidade de conhecer o livro *Dados Biográficos dos Senadores do estado*, com as biografias de Artur da Távola, (PSDB), Benedita da Silva (PT), Ab-

dias Nascimento (PDT) e de todos os ex-senadores fluminenses.

No estande da Casa, localizado no pavilhão central do Riocentro, também será apresentado um painel com cópias de obras raras do escritor Machado de Assis.

O Senado está levando ao evento, que se estenderá até o dia 24 de agosto, no Centro de Convenções da Riotur (Riocentro), edições atualizadas da Constituição, do Código de Defesa do Consumidor e do Regime Jurídico Único.

Depois de um debate com a participação de diversos parlamentares, Senado aceitou a indicação do economista por 56 votos favoráveis, 10 contrários e uma abstenção

Plenário aprova Gustavo Franco para o BC

O plenário do Senado aprovou ontem, por 56 votos favoráveis, 10 contrários e uma abstenção, o nome do economista Gustavo Franco para a presidência

do Banco Central, em substituição a Gustavo Loyola. A sessão foi aberta, mas os votos dos senadores foram mantidos em segredo, de acordo com o Regimento do

Senado. A mensagem do presidente da República indicando Gustavo Franco havia sido aprovada na semana passada pela Comissão de Assuntos Econômicos,

depois que os senadores o sabatinaram. Diretor da área internacional do Banco Central desde setembro de 93, Gustavo Franco é um dos chamados "pais" do Plano Real. PhD em

Economia pela Universidade de Harvard, o novo presidente do BC ocupou antes o cargo de secretário adjunto de política econômica do Ministério da Fazenda.

Decisão foi precedida de discussão sobre o papel da instituição e o Real

Durante a discussão da mensagem presidencial, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o presidente Fernando Henrique Cardoso amplie novamente o número de integrantes do Conselho Monetário Nacional, que antes contava com representantes de empresários e de trabalhadores. Hoje, os titulares do CMN são apenas os ministros da área econômica e a diretoria do Banco Central.

Suplicy propôs ainda que as reuniões do Conselho Monetário Nacional sejam transmitidas pela rede de televisão e de rádio do governo federal, tal a importância das decisões que toma. Conforme o senador, a TV Senado também poderia retransmitir as reuniões do CMN. Ele manifestou esperança de que Gustavo Franco "mude de opinião



Arruda: mercado tranquilo

sobre a rigidez cambial do Plano Real".

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, afirmou que a escolha de Gustavo Fran-

co "sinaliza que as âncoras do Plano Real não vão mudar" e seu nome "significa tranquilidade" para o mercado e para os investidores estrangeiros.

Arruda lembrou que Franco foi um dos idealizadores da chamada "âncora cambial" e é seu incondicional defensor. "Foi essa âncora que permitiu resistir aos especuladores, possibilitou o controle de preços (pela competição entre a produção nacional e os bens importados), forçou a modernização do sistema produtivo brasileiro e impediu que monopólios e oligopólios se beneficiassem de uma economia fechada e protecionista, abrindo-a ao mundo", ressaltou o líder do governo.

Para ver que o Plano Real deu certo, basta dizer que a inflação caiu de 7.000% ao ano

para apenas 7% ao ano. A inflação de um ano agora é igual à inflação de apenas três dias antes de se adotar o Real. Além disso, o PIB cresceu com o Real o dobro da média dos 15 anos anteriores a 94 - assinalou Arruda.

Já Osmar Dias (PSDB-PR)

Osmar Dias sugere que Banco Central seja mais rigoroso ao examinar capacidade de endividamento de estados e municípios

pediu ao novo presidente do Banco Central que a instituição seja mais rigorosa ao analisar a capacidade de endividamento quando algum estado ou município encaminhar ao Senado pedido de tomada de empréstimos. "Que o Banco Central tome mais cuidado nesses endividamentos", disse.

Lauro Campos (PT-DF) recomendou que o presidente Fernando Henrique "tenha mais cautela" ao indicar ao Senado nomes para o Banco Central. Afirmou que Gustavo Franco "entrou em colisão direta" com o presidente por ter sugerido que a paridade real-dólar, à época de implantação do programa econômico, "deveria ter ficado em apenas R\$ 0,50 para cada dólar".

O presidente, em entrevista, conforme Lauro Campos, já admitiu que a paridade da época deveria ter ficado próxima de um real para um dólar. "Essa proposta de Gustavo Franco de um dólar para 50 centavos de real chega às raias da loucura", opinou o senador petista.

CAE autoriza rolagens de dívidas de MG, RS e MT

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), aprovou ontem pareceres favoráveis a solicitações dos governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, para emissão de Letras Financeiras do Tesouro dos respectivos estados, cujos recursos serão destinados ao giro das suas dívidas mobiliárias vencíveis neste 2º semestre de 1997.

A CAE acolheu também parecer favorável a solicitação do estado de Alagoas

sobre aditamento, no valor de R\$ 165 milhões, a contrato de operação de crédito firmado junto à Caixa Econômica Federal, relativo ao Programa de Desligamento Voluntário.

Na mesma reunião, a comissão aprovou mensagem do presidente da República relativa à programação monetária do terceiro trimestre de 1997 e ao reescalonamento de créditos brasileiros junto à República do Suriname, na forma do acordo assinado em janeiro de 1996.

Todas as matérias aprovadas ontem pela CAE irão ainda à deliberação do plenário.



Presidida por José Serra, a CAE acolheu proposta que vai garantir recursos também para Alagoas

Ligue gratuitamente para 0800-614455 e saiba o que acontece no Senado

Texto votado ontem e que seguirá para a Câmara amplia o efeito das decisões do Supremo para outros órgãos do Judiciário e da administração direta e indireta da União, dos estados e dos municípios

Efeito vinculante é aprovado em 2º turno

Por 57 votos a favor, 10 contra e uma abstenção, o plenário do Senado aprovou ontem, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que amplia o efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal para os demais órgãos do Judiciário e da administração direta e indireta da União, dos estados e dos municípios. A proposta será agora remetida à Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e relatada pelo senador

Jefferson Péres (PSDB-AM), que concordou com algumas alterações propostas em emendas, a medida estabelece que os ministros do STF terão de declarar, por maioria de dois terços, qual decisão terá efeito vinculante. O principal objetivo da mudança, conforme Ronaldo Cunha Lima, é desafogar o Judiciário. Para ele, por permitir efeito vinculante em ações previdenciárias e tributárias, haverá enorme redução de ações nos tribunais, pois cerca de 60% dos processos são dessas áreas.

De acordo com a proposta de emenda constitucional, poderão ter efeito vinculante as decisões do STF nas ações de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo e as definitivas de mérito.

Antes de votar a proposta, a CCJ ouviu em sessões públicas, por cerca de dois meses, juristas renomados, representantes de advogados e o ex-presidente do STF Sepúlveda Pertence e o atual presidente, ministro José Celso de Mello.

O TEXTO DA CONSTITUIÇÃO COM A MUDANÇA

Artigo único. O § 2º do art. 102 da Constituição federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Terão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e da administração direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e municípios, as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo, e as definitivas de mérito, se o Supremo Tribunal Federal assim o declarar, pelo voto de dois terços de seus membros.”

REFORMA DA PREVIDÊNCIA



Júnia: reajustes iguais



Valadares: serviço militar conta



Patrocínio: ajuda às prefeituras

Quatro emendas apresentadas no primeiro dia de discussão

Quatro emendas foram apresentadas ontem à reforma da Previdência, no seu primeiro dia de discussão em plenário. Isso significa que a proposta de emenda constitucional terá de retornar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para que o relator, senador Beni Veras (PSDB-CE), apresente parecer sobre as emendas. A reforma da Previdência será discutida em plenário por mais quatro dias úteis, podendo receber outras emendas.

As emendas são dos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Júnia Marise (PDT-MG) e Carlos Patrocínio (PFL-TO) - este apresentou duas emendas.

Valadares pretende ver reconhecidos como tempo de contribuição, para efeito de aposentadoria, períodos de serviço militar. A mesma emenda isenta de contribuição os períodos em que uma pessoa estiver aposentada por invalidez e, após revisão médica, ficar comprovado que ela tem condições de trabalhar.

A emenda de Júnia Marise pretende repassar aos funcionários públicos aposentados os reajustes que porventura o governo conceda às gratificações dos servidores da ativa. O mesmo reajuste será dado ao aposentado quando houver reclassificação ou transformação de cargos ou funções.

Carlos Patrocínio quer que o

governo conceda um aumento de 30%, que não irá para a aposentadoria, a todo servidor que já tem tempo para se aposentar mas continua trabalhando. Com isso, justifica Patrocínio, o governo poderá evitar aposentadorias precoces.

A outra emenda do senador autoriza o INSS a reinvestir nos municípios o mesmo valor das dívidas de cada prefeitura para com o instituto, vencidas até fevereiro último. Na sua opinião, prefeituras endividadadas junto ao INSS não têm condições de investir em projetos de interesse da comunidade. O retorno ao município do dinheiro pago em dívidas previdenciárias seria a saída, conforme Carlos Patrocínio.

Freire propõe CPMF em caráter permanente

O senador Roberto Freire (PPS-PF) disse ontem que a CPMF não prejudica os assalariados ou a classe média, como alegam alguns, atingindo só aqueles “que fazem da especulação financeira sua fonte de renda e que, com esse imposto, ficam impedidos de sonegar”.

No primeiro dia de discussão da proposta de emenda constitucional que reforma a Previdência Social, o senador defendeu a transformação da atual CPMF em tributo permanente, conforme emenda de sua autoria ao substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE), aprovada na CCJ. A arrecadação do imposto incidirá sobre as transações bancárias de 29,4% dos brasileiros e será integralmente destinada ao financiamento da Seguridade Social.

Pela emenda de Freire, trabalhadores e servidores públicos, assim como aposentados, inativos e pensionistas que tenham rendimentos de até três salários mínimos, ficarão isentos da tributação, pondo que “será elevado para dez salários mínimos para não caracterizar a tributação, tornando o imposto ainda mais seletivo”.

Em apoio à sua proposta,

Roberto Freire citou estudos da deputada Maria da Conceição Tavares, segundo os quais 70,6% da população economicamente ativa não são atingidos pelo imposto “simplesmente porque não utilizam o sistema bancário”. Dos 29,4% restantes, acrescentou, 26% ganham até 20 salários mínimos, de modo que apenas 3,4% ganham acima disso.

Quem ganha R\$ 2.000,00 paga, hoje, R\$ 5,00 de CPMF, enquanto quem auferir R\$ 8.000,00 despender R\$ 20,00, um imposto, portanto, nada “extorsivo”, considerou o senador. Ainda em favor da CPMF, Freire salientou que o tributo atinge também “o chamado caixa dois de empresas pouco honestas e atividades ilícitas, como o contrabando de armas e o tráfico de drogas, totalmente inalcanceáveis pelo sistema atual de tributação”.



Freire: imposto será seletivo

Senador anuncia apoio a projeto de Waldeck Ornelas que atribui ao Senado a definição de parâmetros para fixação de subsídios. Segundo ele, proposta deveria ter sido apresentada há mais tempo

Osmar: governadores fazem festival com incentivos

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) criticou, ontem, os governadores que concedem benefícios fiscais para a instalação de empresas, sob o pretexto de geração de empregos. Ele anunciou seu apoio a projeto do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) que atribui ao Senado a definição de parâmetros para esses subsídios e observou que a proposta devia ter sido apresentada antes do dispêndio de recursos que alguns governadores fizeram para atrair montadoras.

O governo do Paraná dá incentivos de milhões à Renault e à Chrysler e nega centavos aos pequenos agricultores. É preciso mais seriedade no trato da coisa pública. Isso é o que está faltando no Paraná, infelizmente - afir-

mou.

Na opinião de Osmar Dias, alguns governadores fizeram verdadeiros festivais com os tributos arrecadados, iludindo a população com a idéia de que a concessão de subsídios para a instalação de montadoras de automóveis vai resultar em "formidáveis ofertas de emprego". Ele explicou que as montadoras importarão peças, pelo fato de não estar prevista a fabricação de tais componentes nos lugares onde elas se instalam.

Para o senador, o governador do Paraná, Jayme Lerner, concedeu a montadoras estrangeiras benefícios que dificilmente conseguirá recuperar, mas a população desconhece isso porque a mídia publicitaria paga pelo governo anuncia como formidáveis os presun-



Osmar Dias: governadores iludiram a população com promessas de emprego

veis benefícios que resultarão dessa e de outras iniciativas. "Enquanto faz isso, o governo paranaense está deixando de investir em áreas prioritárias, como agricultura e agroindústria", frisou.

Osmar Dias afirmou que Jayme Lerner não construiu até agora um só metro de asfalto para melhorar o escoamento da safra agrícola. Conforme explicou, só a Renault levou do governo um emprés-

timo superior a R\$ 300 milhões, cifra conhecida depois que a empresa publicou seu balanço deste ano. Também segundo o senador, esse empréstimo foi concedido sem juros nem correção monetária, para ser pago no ano 2006, em condições em que ninguém consegue no Brasil.

Não há na história deste país tamanha generosidade, quando milhares de empresas fecham por absoluta falta de

capital de giro. É impossível conceber essa generosidade, quando o governo do meu estado compromete 95% da receita fiscal com a folha de pagamento de pessoal - acrescentou.

APARTES

Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Jefferson Péres (PSDB-AM) apartaram para criticar a guerra fiscal que se criou no país com a disputa pela instalação de montadoras. Tebet notou que, se os estados ricos perdem dinheiro com isso, muito mais perdem os estados pobres. Jefferson disse duvidar que o mercado interno tenha capacidade para absorver toda a produção de automóveis que se anuncia. "É uma bomba de efeito retardado", frisou ele.

Projeto de Lauro torna obrigatória a divulgação dos salários de autoridades

O senador Lauro Campos (PT-DF) apresentou projeto de lei que determina a publicação semestral, nos diários oficiais, dos valores da remuneração percebida pelo presidente e pelo vice-presidente da República, ministros de Estado, senadores, deputados federais, ministros dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União, juizes dos tribunais regionais federais, juizes federais e procuradores da República.

Conforme a proposição, também deverão ser publicados os vencimentos dos servidores públicos federais que ocupem cargos em comissão.

Os valores a serem divulgados compreenderão os vencimentos, remuneração e vantagens percebidas, a qualquer título, pelo agente político ou servidor público, inclusive diárias, horas extras, verbas de representação e outras formas de prestação pecuniária. A medida estabelece que o descumprimento da exigência dessa publicação constitui crime de responsabilidade.

Pelo projeto, a publicação

ocorrerá sempre nos dias 15 de julho e 15 de janeiro, relativamente ao semestre anterior. A publicação será de responsabilidade do Poder Executivo, por intermédio do órgão central do Sistema de Pessoal Civil (Sipec), dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União.

Na justificativa do projeto, Lauro Campos cita o art. 37 da Constituição, segundo o qual a administração pública obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, e o art. 5º, inciso XXXIII, que dispõe: "Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade,

ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

A informação relativa à remuneração percebida pelas autoridades federais, assim como pelos servidores públicos comissionados, ou seja, pelos que têm as maiores remunerações do serviço público, não constitui algo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado brasileiros. Ao contrário, o interesse da sociedade é no sentido de que a transparência, a visibilidade, a publicidade da administração pública, materializadas nesta proposição, irão colaborar para que o cidadão identifique, no comportamento da administração, o respeito a quem, na condição de contribuinte, a sustenta - disse o senador.



Lauro Campos: sociedade tem interesse na transparência da administração pública



Francelino: pesquisa mostra adesão maior entre os jovens de Minas Gerais

Francelino: povo recebe bem nova lei de doações

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que a receptividade da opinião pública à nova legislação sobre transplante de órgãos "não poderia ser melhor". Ele destacou a importância da campanha nacional de esclarecimentos sobre a doação presumida de órgãos que o Ministério da Saúde está promovendo nos meios de comunicação.

Francelino Pereira citou pesquisa do jornal mineiro *O Tempo* que revela que 58,4% da população de Belo Horizonte é doadora automática de órgãos. Pela pesquisa, 70% dos entrevistados disseram que

doariam seus órgãos a uma pessoa necessitada e 89% consideraram importante a doação. O senador lembrou ainda que o maior índice de adesão à fórmula da doação presumida foi na faixa etária dos 16 aos 24 anos, "revelando o elevado instinto de solidariedade da juventude mineira".

O senador fez um relato das medidas estabelecidas pela nova legislação, como a permissão de retirada de tecidos, órgãos e partes após a morte, sem o consentimento da família, caso o falecido não tenha manifestado, em vida, objeção a isso.



João Rocha: mortes em alta

João Rocha pede mais segurança em terra e no ar

O senador João Rocha (PFL-TO) defendeu a adoção de medidas para aumentar a segurança nos aeroportos brasileiros e nos vãos pelo país, argumentando que "o que está em questão é o respeito, a segurança e a vida de milhões de pessoas que embarcam anualmente nas 14 mil aeronaves da frota aérea brasileira".

Ele manifestou sua apreensão particularmente com a empresa TAM, ao observar que, segundo oficiais do Departamento de Aviação Civil (DAC), essa companhia aérea atingiu em 1996 o recorde em multas por negligência e não melhorou o programa de manutenção de suas aeronaves, apesar do grave acidente com o *Fokker-100* no ano passado. Também preocupa o senador a inexistência de *caixa-preta* de voz nos aviões *Fokker-50*, da mesma empresa.

Segundo João Rocha, levantamento do DAC indica que somente nos seis primeiros meses deste ano já ocorreram 49 acidentes aéreos no Brasil, com 37 vítimas fatais. Conforme acentuou, os acidentes aéreos vinham decrescendo desde 1989. Entretanto, o número de mortos voltou a crescer a partir de 1993, quando foram registradas 79 vítimas fatais. No ano passado, lembrou, com o acidente do *Fokker-100* da TAM, esse número foi de 187.

Redução das distorções salariais, melhores condições de trabalho e equipamentos à altura estão entre as propostas do senador para recuperar as corporações civil e militar

Valmir propõe mudança na polícia

A crise que atinge a área de segurança pública no país mostrou claramente a necessidade de uma ampla reforma do aparelho policial brasileiro, declarou o senador Valmir Campelo (PTB-DF), preocupado com a situação das polícias civil e militar, principalmente depois dos graves distúrbios ocorridos em Belo Horizonte, Maceió e Fortaleza.

Valmir Campelo sugeriu a criação de uma secretaria de modernização, subordinada ao Ministério da Justiça, destinada a controlar a segurança privada, e propôs a criação

de ouvidorias e corregedorias em todos os estados, além de conselhos estaduais e municipais de segurança. Como forma de amenizar a crise, defendeu a redução das distorções salariais para diminuir o fosso existente entre o piso e o teto salarial, notadamente na polícia militar.

O senador lembrou que as reivindicações dos policiais dizem respeito ao estabelecimento de piso salarial digno e à melhoria das condições de trabalho, já que desde 1985 vêm-se agravando os problemas das corporações

policiais, como a baixa remuneração, a ausência de um programa de formação e aperfeiçoamento de pessoal, a sempre crescente violência policial e a falta e o sucateamento de equipamentos.

Valmir ressaltou a coragem e equilíbrio do governo Fernando Henrique Cardoso no enfrentamento da crise policial. O governo, observou o senador, não hesitou em chamar o Exército quando a ordem pública esteve ameaçada em diversos pontos do país, apoiando os governadores e resguardando a integridade das instituições.



Valmir: primeiro, os salários

Campos defende educação no trânsito e questiona medidas

O senador Júlio Campos (PFL-MT) manifestou seu apoio "ao espírito que norteou" a campanha *Paz no Trânsito*, promovida no Distrito Federal, mas considerou necessário que as medidas voltadas para a melhoria das condições de tráfego na capital da República sejam adequadas "aos ditames da lógica, da racionalidade e do bom senso".

Ele também sugeriu a realização, em Brasília, de uma "verdadeira educação para o trânsito", junto às escolas, igrejas e locais de trabalho, e ainda por meio da imprensa, como forma de conscientizar, informar e esclarecer toda a população.

Para Júlio Campos, as boas intenções podem ser prejudicadas, ou até inviabilizadas, se não forem acompanhadas, em sua execução, do bom senso e do apuro técnico. "Infelizmente, o que estamos vendo no Distrito Federal é a intervenção na área do trânsito de um modo, no

mínimo, questionável", assinalou.

- Refiro-me, por exemplo, à instalação das chamadas barreiras eletrônicas, em vias de grande circulação de veículos. O motorista que venha trafegando por uma pista em que a velocidade permitida é de 60km/h vê-se, abruptamente, diante de placas sinalizando outros limites: aqui 40km/h, ali 50km/h. Ora, além da absoluta falta de sustentação técnica para tal disparate, sua existência facilita a ocorrência de choque entre os veículos, desempenhando um papel inverso ao pretendido - acrescentou.

Júlio Campos lembrou que é notória a ausência de informações para os que se dirigem a Brasília, vindos de outras localidades. Por isso, segundo o senador, "é preciso que o governo do Distrito Federal faça a sua parte", multiplicando o número de placas esclarecedoras nas rodovias que dão acesso à cidade, que os postos da polícia rodoviária se integrem a esse trabalho e que as empresas locadoras de automóveis se preocupem em informar aos seus usuários as normas vigentes no Distrito Federal.



Campos: placas permitem velocidade proibida nas barreiras eletrônicas

Alcântara quer foto em cartão

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou projeto de lei que determina a obrigatoriedade de as empresas operadoras de cartão de crédito oferecerem aos seus clientes pelo menos uma versão de cartão com foto digitalizada. Ele argumenta, na justificativa do projeto, que o cartão com foto digitalizada resguardará tanto clientes quanto comerciantes e prestadores de serviços, reduzindo os prejuízos causados por estelionatários. Alcântara esclarece que esse sistema de cartão já é comum no exterior e, por dificultar falsificações, tem grande aceitação por parte dos lojistas.

Ao falar na Hora do Expediente destinada a homenagear o Dia das Artes, o senador usou de artifício retórico para falar da "arte da vida", pedindo atenção a sua proposta de diagnosticar a miséria no país em 90 dias

Suplicy pede apoio para a Comissão da Fome

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem o apoio de todos os senadores para requerimento de sua autoria que prevê a criação de uma Comissão Temporária no Senado, composta de sete membros, para num prazo de 90 dias realizar um diagnóstico das condições da população brasileira em estado de miséria e fome.

- Tratar desse assunto é também tratar da arte da vida - afirmou o senador, ao falar na final da Hora do Expediente, cujo tempo foi destinado a homenagear o Dia das Artes.

Suplicy quer que a Co-

missão Temporária visite os locais onde a situação é mais grave - conforme dados reunidos pelo IBGE. Ipea e órgãos que fazem levantamento de indicadores sócio-econômicos - para examinar os efeitos dos programas que têm sido implementados no combate à fome e à miséria.

A comissão, conforme explicou, deverá propor medidas que visem, no menor prazo possível, ao efetivo cumprimento do artigo 3º e seus incisos da Constituição, que determina, dentre os princípios fundamentais, "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as

desigualdades sociais e regionais".

Eduardo Suplicy lembrou que, de forma consensual, representantes de todos os partidos políticos e segmentos da opinião pública manifestaram seu pesar, homenagem e apoio ao sociólogo Herbert de Souza, que morreu no sábado, sobretudo em virtude de seu trabalho à frente da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida.

Na opinião de Suplicy, esse movimento "despertou a consciência dos brasileiros sobre a necessidade e a possibilidade de erradicarmos a miséria em nosso

país". Ele acredita que o Senado estará correspondendo a esta aspiração de Betinho ao criar essa comissão, que poderá propor ao Congresso Nacional, ao Executivo e à sociedade as medidas necessárias para tornar o Brasil uma nação sem fome nem miséria até o ano 2000.

O senador disse ainda que o sociólogo Herbert de Souza foi "uma pessoa que fez arte com a vida", em favor da humanidade e dos brasileiros, mostrando que está ao nosso alcance erradicar a miséria no país.



Suplicy: Betinho como ponto de partida

Betinho foi a antítese do Brasil oficial, diz Gilvam

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que o Brasil está de luto pelo desaparecimento de "um de seus maiores estadistas" - Herbert de Souza, o Betinho, que, segundo o parlamentar, "representou a antítese do Brasil oficial, muitas vezes insensível à dor surda dos excluídos", ou como quer nosso presidente, "à voz rouca das ruas".

Gilvam ressaltou a expressão "grande homem", lembrando que "nunca em nossa história essa expressão teve melhor cabimento que no caso desse frágil sociólogo, alma ardente, enfermo de indignação contra o *apartheid* social brasileiro que encarnou o sofrimento popular e deu voz às milhões de bocas fa-



Gilvam: luto por um dos maiores estadistas

mintas e silenciosas de nosso povo".

- Antena sensível da sociedade para a questão social, colocou sua solução como obrigação social comum a todos os brasileiros, detentores ou não de cargos públicos, e não tema de interesse apenas de técnicos especializados em nutrição, demografia e economia - foi assim que destacou a atuação de Betinho.

Depois de lembrar o per-

sonagem imortalizado na música "O Bêbado e a Equilibrista", hino do movimento pela anistia, como o "irmão do Henfil", Gilvam Borges assinalou que o sociólogo "tornou-se o mais influente político sem mandato da história recente do país".

Observou, ainda, que a fome que preocupava Betinho era a de igualdade, de justiça, fome bíblica, fome de grandes transformações, que faz bem-aventurados os que as experimentam, seja em si próprios, seja em seus semelhantes, como está no Evangelho de São Mateus.

O senador destacou também a luta do sociólogo contra a Aids: "Neste combate patriótico, ele deu literalmente seu sangue, contaminado pelas transfusões de que dependia para viver, pelo HIV e pela hepatite", concluiu.

Carlos Bezerra elogia manual sobre cultivo de milho em Mato Grosso

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) elogiou iniciativa do Ministério da Agricultura e do Abastecimento de editar novo manual contendo o zoneamento agrícola para a cultura de milho no estado de Mato Grosso. O senador lembrou que a deficiência hídrica, associada a períodos de longa estiagem durante a estação chuvosa, é a principal causa das quebras nas safras de grãos do Brasil Central.

- Nessa medida, reduzir os riscos climáticos para a atividade agrícola, por meio de trabalhos científicos da qualidade desse ora realizado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, constitui relevante missão em defesa da economia nacional - opinou.

Carlos Bezerra informou que o projeto foi desenvolvido em parceria com outros órgãos, entre os quais a Embrapa, e objetivou identificar, quantificar e mapear as áreas mais favoráveis ao plantio da cultura de milho, levando em consideração o clima e, principalmente, a precipitação pluviométrica.

- Temos certeza de que o trabalho redundará no incremento e na expansão da cultura de milho no estado, beneficiando produtores, técnicos e pesquisadores, constituindo, portanto, uma ferramenta básica aos diversos setores ligados a essa cultura - afirmou.



Bezerra: parceria da Embrapa